



Análises

23/04/2011 - Referendo determina a independência da região Sul do Sudão.....p.01

Desde 2005 eram negociados acordos de paz no Sudão e, no início de 2011, uma das ações mais importantes relacionadas aos acordos foi efetivada: a realização de um referendo que determinou a independência da região sul do país. Esta ação trouxe repercussões positivas e, ao mesmo tempo, questionamentos sobre o futuro da região.

23/04/2011 - Possibilidades de um alargamento da União Europeia.....p.04

A União Europeia tem, hoje, diversos países postulando um lugar em seu arcabouço institucional. Atualmente, oito países mantêm negociações oficiais com o bloco para um possível alargamento. Contudo, as grandes disparidades - econômica, política e social - colocam grandes questionamentos a respeito do sucesso de um alargamento tão diversificado.

Referendo determina a independência da região sul do Sudão

Análise
África Subsaariana
Raïssa Daher
23 de Abril de 2011

Desde 2005 eram negociados acordos de paz no Sudão e, no início de 2011, uma das ações mais importantes relacionadas aos acordos foi efetivada: a realização de um referendo que determinou a independência da região sul do país. Esta ação trouxe repercussões positivas e, ao mesmo tempo, questionamentos sobre o futuro da região.

Entre os dias 9 e 15 de janeiro de 2011 foi realizado no Sudão um referendo relacionado à independência da região sul do país. O resultado expôs que aproximadamente 98,8% da população do sul votaram a favor da divisão do país¹. O referendo seria considerado legítimo se pelo menos 60% da população participasse do processo de votação, e na realidade a participação estimada foi de 96%. Este resultado demonstrou uma grande coesão por parte da população da região sul do Sudão.

O referendo foi um processo que pertencia às cláusulas dos acordos de paz firmados no ano de 2005, que tinham como objetivo o fim dos conflitos entre o norte e o sul do país. Os conflitos foram desencadeados por diversos fatores, como a disputa por recursos naturais na região, a situação religiosa, diferenças étnicas, dentre outras questões².

A previsão para a formalização da independência do sul do Sudão será no dia 09 de Julho deste ano. Segundo os representantes políticos da região sul, o nome do novo Estado ainda não está definido, mas existem chances de ser denominado como Sudão do Sul.

Posicionamento do governo sudanês

O presidente do Sudão, Omar al-Bashir, reconheceu o resultado do referendo e aceitou a divisão do país. De acordo com a rede de notícias Al Jazeera, em seu pronunciamento oficial o presidente disse que “recebia esses resultados e aceitava esta posição, já que representa a vontade da população do sul” e ainda enfatizou o comprometimento do norte na promoção de cooperação com o sul.

Estas declarações surpreenderam muitos analistas, pois antes do referendo Omar al-Bashir demonstrava certa insatisfação com a proposta e realizava campanha contra a divisão do país. O representante da região sul, Salva Kiir, após o resultado do referendo e as declarações do presidente Bashir também demonstrou que está disposto a manter boas relações com o norte.

A existência de discursos com o interesse na promoção de uma cooperação entre os dois países é consequência da dependência econômica que existirá entre as regiões. Uma das principais fontes econômicas do Sudão está relacionada à

¹ O número exato do resultado do referendo está disponível em:
<http://english.aljazeera.net/news/africa/2011/02/20112714264792774.html>

² Maiores informações sobre a origem do conflito e os acordos de paz:
http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060920093831.pdf e
http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20101005095921.pdf

venda de petróleo. Com a divisão, a região sul detém a maior parte das reservas (aproximadamente 80%) enquanto o norte possui a infra-estrutura e a posição estratégica para o escoamento desta produção.

Existem outros importantes tópicos que serão negociados, como o acesso às águas de um dos afluentes do rio Nilo, a definição das fronteiras e a determinação da cidadania da população. O presidente Bashir já declarou³ que em relação à cidadania da população não será possível a obtenção de uma dupla nacionalidade.

Repercussão internacional

O secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, considerou como satisfatório o resultado do referendo⁴ e pede para que as duas partes negociem de forma pacífica as questões geográficas, políticas e econômicas. Porém ressaltou a complexidade deste processo de independência e a necessidade de que os países desta organização estejam envolvidos neste processo. As Nações Unidas, assim como a União Africana, esperam reconhecer a região sul do Sudão como independente na data em que ocorrerá a formalização de um novo Estado.

O governo dos Estados Unidos parabenizou o processo eleitoral e o resultado, e como consequência anunciou o auxílio para flexibilizar as sanções comerciais, ao apontar a possibilidade de retirar o Sudão da relação de países que auxiliam atos terroristas e ao mesmo tempo conceder reconhecimento formal da região sul ainda este ano.

A realidade e as expectativas para o futuro

Apesar dos discursos de cooperação entre

as partes do norte e do sul, ainda existem incertezas em relação às consequências políticas e econômicas que esta divisão irá ocasionar. O sul do Sudão foi desfavorecido em investimentos ao longo dos anos, principalmente no setor de infra-estrutura. Um dos maiores anseios da população parece ser que, com a sua independência, ocorra o desenvolvimento da região a partir da construção de serviços fundamentais (escolas, hospitais, saneamento, etc.) para a sociedade.

A região sul espera receber auxílio financeiro e político internacional e para isso também declarou que pretende se afastar dos problemas do Sudão e principalmente da situação dos conflitos de Darfur – já que o presidente Omar al-Bashir é procurado pelo Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra (relacionados aos conflitos em Darfur).

O petróleo ainda é a principal fonte econômica do Sudão, dessa forma a região norte tem a necessidade de encontrar outras fontes de renda, já que o sul não demonstra a disposição de uma cooperação permanente entre as partes. Ao mesmo tempo a ação do presidente Bashir em reconhecer o referendo e a consequente divisão do país poderá facilitar o relacionamento político e econômico do Sudão (norte) com importantes países e em organizações multilaterais.

Dessa forma é possível esperar que inicialmente haja uma cooperação na esfera econômica entre as duas regiões, já que existe uma evidente dependência em relação ao petróleo, a principal fonte de renda da região. Porém, de acordo com o posicionamento do sul, as relações políticas e sociais se tornam mais complexas. Os líderes políticos do sul do Sudão se posicionam contra as ações do governo (norte) no conflito de Darfur, juntamente com o anseio de receber auxílio internacional para o desenvolvimento interno de sua região. Dessa forma a região norte do Sudão

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/independencia-do-sudao-do-sul-e-aprovada-com-9883-dos-votos.html>.

⁴ Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=37501&Cr=sudan&Cr1=>.

poderá rever alguns de seus posicionamentos políticos para garantir sua base econômica e ao mesmo tempo desenvolver o seu relacionamento com o sul, com países como os EUA e também com importantes organizações internacionais como a ONU.

Referência

Complexidade da independência do Sudão do Sul. TSF Notícias. Disponível em:

http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1770994.

Independência do sul do Sudão é aprovada. Globo.com. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/independencia-do-sudao-do-sul-e-aprovada-com-9883-dos-votos.html>.

Ver também: MELLO, Lígia F. P. Sudão rejeita ajuda de forças de paz da ONU. Conjuntura Internacional. 2006. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060920093831.pdf.

Norte e Sul do Sudão fazem progresso no processo de separação. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=37501&Cr=sudan&Cr1=>.

Presidente do Sudão reconhece resultado do referendo realizado no sul. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/871915-ditador-do-sudao-aceita-resultado-de-referendo-no-sul-do-pais.shtml>.

Referendo deve criar o Sudão do Sul. Estadão. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110109/not_imp663842,0.php.

Ver também: RODRIGUES, Rúbia. O Referendo do Sudão: Norte versus Sul.

Conjuntura Internacional. 2010. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20101005095921.pdf.

Sul do Sudão vota por separação. Al Jazeera. Disponível em: <http://english.aljazeera.net/news/africa/2011/02/20112714264792774.html>.

Palavras chave: Sudão, Sudão do Sul, Referendo, Omar al-Bashir, Petróleo.

Possibilidades de um alargamento da União Europeia

Análise
Europa
Vinícius Tavares de Oliveira
23 de Abril de 2011

A União Europeia tem, hoje, diversos países postulando um lugar em seu arcabouço institucional. Atualmente, oito países mantêm negociações oficiais com o bloco para um possível alargamento. Contudo, as grandes disparidades – econômica, política e social – colocam grandes questionamentos a respeito do sucesso de um alargamento tão diversificado.

Em 1951 era criada a Comunidade Europeia do carvão e do aço (CECA), com seis Estados membros¹. Seu objetivo era tentar trazer estabilidade para uma Europa devastada por duas Grandes Guerras e trazer de volta os ares de desenvolvimento. Seis décadas depois deste processo, a hoje chamada União Europeia (UE) conta com 27 membros e um arranjo institucional muito mais abrangente e complexo do que a CECA.

Paralelamente com seu alargamento, questões cada vez mais complexas vem se apresentando para o bloco, tais como a da imigração ilegal, os direitos das minorias, uma coordenação macroeconômica eficaz, além da tentativa de unificação das políticas externas na criação de um corpo diplomático e constituição comum.

Em seu último alargamento em larga escala, em 2004, outra questão polêmica foi levantada: a capacidade de membros tão díspares, seja em aspectos econômicos, políticos e culturais, coexistirem e serem bem sucedidos em seu projeto integracionista. A crise do Euro que eclodiu no ano passado trouxe mais

argumentos para uma política de não alargamento.

Além disso, as crescentes declarações feitas por líderes europeus contra o multiculturalismo pode indicar a dificuldade de se alargar o bloco. A própria população europeia vê um alargamento como mais uma invasão de diferentes.

Atualmente, oito países mantêm conversas com o bloco europeu para serem contemplados com a adesão. São eles: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Islândia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Turquia.

O estágio das negociações dos países

Albânia

O país oficializou seu pedido para adesão em abril de 2009. A mesma, contudo, só deverá acontecer em meados de 2015, segundo a própria comissão da UE. (BBC, 2010)

Os governos da UE dizem que estão dispostos a permitir que os albaneses possuam passaportes biométricos para viajar sem visto para a zona Schengen²,

¹ França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

² A Zona de Schengen advém do acordo firmado

que inclui a maioria dos países do bloco. A decisão deve entrar em vigor em dezembro 2010.

Os líderes da União Europeia afirmam que o Estado de Direito³ deve ser reforçado, e o combate ao crime organizado deve ser uma das prioridades do país. A UE ainda tem questionamentos sobre a capacidade de sustentação do setor energético do país.

Bósnia-Herzegovina

A adesão do país também só é esperada a partir de 2015. Contudo, o passaporte biométrico para a região de Schengen foi implementado em 2010.

A UE possui uma força de manutenção de paz na Bósnia-Herzegovina, onde vivem a maioria dos sérvios na Região Autônoma da República Srpska. O crime organizado e o passado de violação dos direitos fundamentais das minorias étnicas ainda são um dos grandes empecilhos para a adesão do país.

Croácia

A Croácia está no caminho para concluir as negociações da sua adesão em 2011, uma vez que apenas cinco das 35 áreas de negociação⁴ ainda estão abertas.

Em dezembro de 2010 se chegou a um acordo sobre as áreas de política externa, o controle nas fronteiras e as regras de visto. A Hungria, o próximo país a presidir a UE, pretende encerrar as negociações de adesão da Croácia no primeiro semestre de 2011.

em 1985, e permite que um cidadão, bem ou serviço possa transitar livremente entre os signatários do tratado.

³ Estado de Direito é uma situação em que as leis e normas determinadas por algum Estado são respeitadas.

⁴ As áreas de negociação podem ser encontradas neste link: http://ec.europa.eu/enlargement/enlargement_process/accesion_process/how_does_a_country_join_the_eu/negotiations_croatia_turkey/index_en.htm

Islândia

As negociações começaram em 2010, mas o progresso da adesão da Islândia está ameaçado por uma disputa sobre pesca da cavala.

A Islândia opôs-se à UE e à Noruega, tendo ultrapassado sua atividade pesqueira em mais de 90% do total admissível de capturas recomendadas pelos cientistas. O país aumentou a sua quota de pesca de 2011 de forma unilateral para cerca de 17.000 toneladas. O bloco planeja banir toda compra do pescado proveniente do país. (BBC, 2010)

Outra questão que complica o processo de adesão é a forma com a qual a Islândia conduz sua reforma financeira, principalmente depois do colapso de grandes bancos em 2008.

A Comissão Europeia diz que o país já está profundamente integrado à UE por isso tem menos distância para percorrer do que outros candidatos. O país já está na zona Schengen.

A adesão deve passar, também, por um referendo que deverá ser realizado ainda este ano, ou em 2012. Alguns islandeses, contudo, pensam que seria melhor não fazer parte do bloco, temendo que as regulamentações da UE possam atrapalhar sua atividade pesqueira.

Macedônia

A comissão europeia negocia com a Macedônia desde 2005. Em 2009, os macedônios passaram a não precisar de vistos para entrar na zona de Schengen. O bloco europeu ainda afirmou que o país tem feito grandes progressos no que tange ao combate da corrupção e a garantia dos direitos humanos. (BBC, 2010)

Montenegro

O país aplicou para postular ao status de membro em 2009, e foi reconhecido em

2010. Contudo, as negociações oficiais ainda não tiveram início.

A UE diz que Montenegro deve intensificar os seus esforços para consolidar o Estado de direito, lutar contra o crime organizado, a corrupção e proteger a liberdade de expressão.

Desde 2009 os nacionais de Montenegro não necessitam de vistos para viajar para a zona de Schengen.

Sérvia

A cooperação sérvia com o tribunal penal internacional, localizado em Haia, tem agradado os líderes europeus.

O maior ponto de atrito com a União Europeia é a questão da independência do Kosovo. Para a maioria dos países do bloco europeu, a declaração de independência kosovar, realizada em 2008, é legítima e, desde então, o Kosovo seria um novo país para a UE. Contudo, a Sérvia continua a insistir que a região do Kosovo faz parte de seu território.

Contudo, após negociações nas Nações Unidas, a Sérvia já sinalizou que gostaria de reabrir as conversas sobre a questão kosovar. Tal atitude pode ser explicada justamente a partir da tentativa do país em ser aceito no bloco.

Turquia

O caso mais famoso de negociação é, sem dúvida, o da Turquia. Há alguns anos as conversas vão e voltam, sem nenhuma indicação de que vão terminar em breve.

Um dos problemas que impedem a entrada turca é a questão curda. Os líderes europeus demandam que esse problema seja tratado respeitando os direitos humanos. Além disso, o relacionamento turco com o Chipre tem atrasado o processo.

As negociações tem esbarrado, também, em questões internas, tais como a liberdade de expressão, a fragilidade da democracia turca e as debilidades na

universalização dos direitos das crianças e mulheres.

O presidente da França Nicolas Sarkozy, e uma série de outros políticos do alto escalão da UE querem que a Turquia tenha um acordo de parceria com a UE, ao invés de uma adesão plena.

Alguns políticos ainda temem o fato do país turco possuir uma larga maioria de muçulmanos em seu território, o que poderia descaracterizar o bloco. Outros, contudo, afirmam que o grande número de jovens pode ser a solução para o envelhecimento do continente, renovando a mão de obra do bloco.

O alargamento de 2004 e suas implicações para a União Europeia

A adição de 10 novos países à UE com perfis econômicos substancialmente diferente da maioria dos Estados-Membros de longa data tem alterado os padrões de interação e de investimento no bloco. O alargamento facilitou os fluxos migratórios e a gerou novas iniciativas de cooperação regional. (MURPHY, 2006. p. 645)

O alargamento produziu uma nova maneira de se pensar a integração europeia, além de ter criado alguns desafios, como a coordenação das políticas macroeconômicas e a condução da política externa. O alargamento não impediu ou freou os desenvolvimentos e negociações dentro do bloco, mas forçou os países que já eram membros a repensar alguns guias básicos do processo evolutivo do bloco. (MURPHY, 2006. p. 645)

A complexidade de um novo alargamento em larga escala

Caso todos os oito países mencionados acima adquiram o status de membro, mesmo que em datas diferentes, o bloco terá mais desafios para administrar.

Países com baixa atividade econômica serão a maioria absoluta, o que pode prejudicar o prestígio internacional atribuído ao Euro, além de tornar o bloco sensível às desestabilidades econômicas dos países mais pobres. Um prelúdio de como países economicamente instáveis podem prejudicar a UE já ocorreu, com a crise que se instaurou na zona do Euro no ano passado e que ainda hoje influencia as economias europeias.

Além disso, questões como a formulação de uma política externa comum podem se tornar ainda mais delicadas, uma vez que estaríamos diante de 35 membros com demandas e objetivos diferentes.

Uma outra questão que emerge neste debate seria o peso/força que os novos países teriam. Na atual formatação institucional da UE (onde países com maiores populações possuem maior poder de voto, além de terem direitos a mais eurodeputados⁵ no parlamento europeu), caso seja aceita, a Turquia seria o segundo país com maior peso nas votações e em número de eurodeputados. Os líderes europeus acreditam que isso não poderia ser materializado, uma vez que se daria poderes desproporcionais a um país que acabara de ser aceito.

Contudo, não existem apenas pontos negativos, ou delicados, que poderiam advir de um alargamento deste porte. Caso seja confirmado, os novos países teriam não só uma mão de obra renovada para oferecer, mas também um mercado consumidor com grande potencial para que os produtos europeus possam ser vendidos. Além disso, o alargamento pode contribuir para que o grave problema do envelhecimento europeu seja amenizado, uma vez que o fluxo de pessoas poderia fazer com que as populações de outros Estados se renovasse.

⁵ Políticos que são eleitos em cada país para comporem o Parlamento Europeu.

O que esperar do futuro

A comunidade do carvão e do aço iniciou um processo de integração que marcaria os relacionamentos da Europa pelos próximos sessenta anos. No início, sua pretensão era impedir que uma nova guerra irrompesse entre os membros da comunidade. Com o passar dos anos, os novos membros foram trazendo novas demandas de integração e, com essas demandas, novos projetos foram iniciados e levados a diante.

Seis décadas depois, estamos diante de um bloco extremamente complexo, recheado de burocracias e amarras institucionais que busca novos membros mais por necessidades operacionais⁶ do que vontade.

Os novos membros ainda tem um longo caminho a percorrer, assim como a União Europeia tem que repensar seu projeto integracionista para viabilizar a adesão de membros tão diferentes sem comprometer a estabilidade política e econômica do bloco.

Referência

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-11283616>

<http://www.bbc.co.uk/news/10150007>

EurActiv

<http://www.euractiv.com/en/pa/eu-2004-enlargement-impact-policies-processes/article-163067>

European Comisson - Enlargement

⁶ Novos mercados para escoar a produção da UE, mais mão-de-obra jovem e etc.

http://ec.europa.eu/enlargement/press_corner/key-documents/reports_nov_2008_en.htm

http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/publication/elarg-factsheet_en.pdf

http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/publication/20100609_att4639135.pdf

MURPHY, Alexander. **The may 2004 enlargement of the European Union: view from two years out.** *Eurasian Geography and Economics*. 2006

Palavras-chave: Europa, União Europeia, Alargamento.

Ver também:

17/06/2010 [Curdistão: um problema de ontem e de hoje](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Déborah Silva do Monte; Gabriel Campos Fernandino; Márcia de Paiva Fernandes; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raquel Helen Santos Silva; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>

